

As relações entre Portugal e Brasil durante a invasão aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli nas páginas do Diário da Manhã, Diário de Lisboa e Novidades

Ester Amaral de Paula Minga

Universidade Nova de Lisboa

E-mail: ester.minga@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a cobertura dos jornais *Novidades* (católico) e *Diário da Manhã*, apoiadores do Estado Novo, e *Diário de Lisboa*, de cariz oposicionista, sobre a repercussão no Brasil da invasão aos enclaves indianos de Dadrá e Nagar-Aveli em 22 de julho de 1954. Ou seja, se debruça sobre os textos que expõem a posição de apoio das autoridades brasileiras, as manifestações da comunidade portuguesa no Brasil, a opinião da intelectualidade relativamente ao

caso, entre outros. Demonstramos como, entre o final de julho e o início de agosto desse ano, tais notícias foram frequentes nos três periódicos, com sutis diferenças de abordagem entre eles. Esta presença expressiva do Brasil nos jornais é compreendida no contexto da adoção pelo Estado Novo, em meados da década de 40 do séc. XX, do luso-tropicalismo como ideologia colonial, e é analisada a partir do conceito de imaginário social de Bronislaw Baczko (1991).

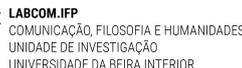
Abstract

The article analyzes the coverage of newspapers *Diário da Manhã* and the catholic *Novidades*, New State supporters, and *Diário de Lisboa*, in the oppositional spectrum, on the repercussion in Brazil about the invasion of the indian enclaves of Dadrá and Nagar-Aveli on July 22, 1954. That is, focuses on the texts that expose the position of support of the brazilian authorities, the demonstrations of solidarity of the portuguese community in Brazil, the opinion of intellectuals about the case, among others.

We demonstrate how, between late July and early August of this year, such reports were frequent in the three journals, with subtle differences in approach between them. This significant presence of Brazil in the newspapers is understood in the context of the adoption by the New State, in the mid-40's decade of the XX century, of the luso-tropicalism as colonial ideology, and is analyzed from the perspective of social imaginary of Bronislaw Baczko (1991).

Data de submissão: 2017-11-02. Data de aprovação: 2017-12-04.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



O Estado Novo e sua(s) ideologia(s) colonial(is)

O Estado Novo se estabeleceu no período entreguerras, em 1932, quando o declínio do liberalismo no mundo, causado, entre outros, pela derrocada econômica em 1929, impulsionou os entusiastas de um Estado forte e regulador, e que, em sua maioria, desprezavam a democracia representativa. Portugal não fugiu a este contexto internacional, todavia, havia peculiaridades no regime que iam além do perfil autoritário corporativo.

Segundo Fernando Rosas¹, o regime português, diferentemente dos totalitarismos da época, originou-se de um golpe militar e não de um assalto ao poder por parte de um partido mais ou menos milicianizado. Apesar de incorporar aspectos do discurso e da iconografia fascista, o forte peso conservador das classes dominantes portuguesas² e a sua relação com o Estado no contexto de sucessivas crises, conduziram a uma desconfiança em relação a tudo que representasse desordem e instabilidade.

O Exército, a Igreja e o Governo forte serão, em 1926 e, depois, nos anos trinta, os veículos e os garantes dessa transição segura e “ordeira”, sempre em claro desfavor de qualquer radicalismo miliciano, vanguardista, “revolucionário” e plebeu deixado à solta. (ROSAS, 1992, p. 16)

Ocorrido em 28 de maio de 1926, o golpe assinalou o fim do período liberal e da I República em Portugal e proporcionou a ascensão e posterior liderança de António de Oliveira Salazar, fundador do regime. Primeiramente atuando como Ministro das Finanças, cargo assumido em 1928, logo Salazar adquiriu posição proeminente no governo da Ditadura Militar, ascendendo à Presidência do Conselho de Ministros em julho de 1932.

No campo da política colonial, segundo J. M. Brandão de Brito e Rosas³, este governo surgiu precisamente como resposta às incertezas que pairavam sobre os territórios portugueses no ultramar. Tal temor, existente desde a partilha da África, foi reforçado um pouco antes do golpe militar pelas ambições de países como a Alemanha e a União Sul-Africana, e a tendência à internacionalização da questão colonial no âmbito da Sociedade das Nações.

Ao reconstituir as origens da insegurança portuguesa em relação às suas possessões no ultramar, Igor Machado⁴ explica como após a abolição do tráfico negreiro em 1850, Portugal teve que formular um plano de reintegração da África à metrópole, em que estimulou a economia de *plantation* e utilizou a mão-de-obra que não mais embarcava para o Brasil, o que acelerou a ocupação de Angola e Moçambique e deu grandes frutos até a década de 1880. No entanto, o próprio progresso técnico propiciou o aumento de fluxos comerciais externos, o que desequilibrou os sistemas políticos tradicionais e facilitou o avanço europeu; tal situação, somada à partilha do continente pelos

1. Rosas, F. O Estado Novo (1926-1974). Vol. VII. *História de Portugal*. Dir. Mattoso, José. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

2. Nessa época, formadas sobretudo, por setores rurais e do comércio internacional/colonial, pois a burguesia industrial ainda era incipiente.

3. Brito, B. M. J.; Rosas, F. *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa: Bertrand Editora, 1996.

4. Machado, R. J. I. *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese, Universidade Estadual de Campinas, 2003. In: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000300843. Acedido em: 15 Jan. 2016.

impérios europeus, transformou a questão colonial no centro das preocupações da elite política de Portugal a partir de então.

Rosas⁵ lembra como, após o fim da Primeira Guerra Mundial, durante a Conferência de Paz de 1919, vingou a teoria dos mandatos internacionais que buscava transferir a soberania dos territórios coloniais à Sociedade das Nações, assim como a ideia de que só poderia possuí-los as potências que tivessem dinheiro e técnica, algo que se opunha a um país pobre e atrasado como Portugal. Segundo o autor, tais posicionamentos alarmaram os homens públicos portugueses, o que também explica o exacerbado nacionalismo colonialista do Estado Novo, mesmo em comparação a outros regimes totalitários do período.

Em relação à organização do sistema colonial, o Estado Novo se diferenciou da I República ao promover uma forte centralização de sua política, em contraposição à desconcentração de poderes existente na parte final desta. De acordo com Machado⁶, esta forma de organização da I República tem sua origem no final do séc. XIX quando, com o fim das “campanhas de pacificação” e a expansão do território em continente africano, foi preciso reconstruir o sistema de administração colonial, em que se privilegiou a sua descentralização.

Este processo teve como consequência uma crise económica nas colónias, por conta dos altos empréstimos pagos em moeda impressa sem lastro, o que gerou inflação e desvalorização da moeda local e impediu a transferência de divisas à metrópole. A crise foi simultânea a um crescimento económico incipiente, relacionado à desorganização na produção de bens tropicais – café e borracha – e a influência da União Sul-Africana na economia de Moçambique; tal conjunção de fatores, segundo Machado⁷, pesou na queda da I República.

A forma como o Estado Novo respondeu às incertezas, para além do sistema centralizador adotado na administração colonial, corresponde a sua ideologia imperial, que se já encontrava expressa no artigo 2º do *Acto Colonial*, outorgado em 1930 (depois também inserido na Constituição de 1933):

É de essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam [...] (Apud Brito; Rosas, 1996, p. 432)

O objetivo da ideologia, assim expressa, era afirmar o tema do império como projeto nacional por meio da ideia de missão, cuja necessidade estaria assente na essência portuguesa em “colonizar domínios”. Também se reforçava a subalternidade das populações indígenas, que Portugal deveria tutelar de acordo com essa mesma missão.

Para além da função de aplacar o sentimento de ameaça externa, segundo Brito e Rosas⁸, o projeto colonial e a ideologia ligada a este também desempenharam um papel no âmbito da política interna, que foi a de servir de mito coletivo, congregador de vontades e energias nacionais. Um dos ideólogos do Estado Novo, Armindo Monteiro, Ministro das Colónias de 1931 a 1935, escrevia

5. Rosas, F. Portugal e o Estado Novo (1930-1960). Vol. XII. *Nova História de Portugal*. Dir.: Serrão, J.; Marques, O. H. A. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

6. Machado, R. J. I. Op. Cit.

7. *Ibidem*.

8. Brito, B. M. J.; Rosas, F. Op. Cit.

em seus textos sobre o “ideal coletivo” radicado pelos “séculos na alma da nação”, indicando, dessa forma, que a missão colonial correspondia a um imperativo histórico, cuja negação poria em causa a própria independência do país.

No entanto, esse esforço ideológico do Estado Novo não correspondeu a algo totalmente novo, pois, conforme já pontuado, as ideias por ele mobilizadas já eram correntes na elite política portuguesa desde o séc. XIX, com a diferença em relação a I República mais assente nos diferentes caminhos escolhidos para a administração interna das colónias. Da mesma forma, a justificativa para subjugação das populações indígenas – a sua propalada inferioridade – também já era consenso entre as elites portuguesas desde o final do séc. XIX, algo, por sua vez, apoiado na ideia de superioridade da civilização ocidental, o que também serviu de base para teorias como a do darwinismo social.

Machado⁹, por seu turno, vê no mito da ação colonial como missão histórica de Portugal raízes mais antigas, especificamente no período que se seguiu à perda do Brasil em 1822. Nesse momento, era opinião corrente que o país não conseguiria sobreviver sem um império, pois seria absorvido pela Espanha, portanto, era imprescindível construir novos Brasis na África.

Para o autor, essa ideia marcou profundamente o pensamento nacionalista português dos séculos XIX e XX, relacionando a necessidade de um novo império com a própria existência da nação. E, concluímos, já indica também o lugar proeminente que o Brasil iria adquirir na ideologia colonial portuguesa, ainda que subalterno à antiga metrópole, a partir da década de 1940 com a adoção do luso-tropicalismo.

Na mesma linha de pensamento, Eduardo Lourenço¹⁰ enxerga a perda do Brasil no contexto do mito português anterior à independência, pois, para o autor, perder o Brasil significou para Portugal a perda do direito de se definir pelo caráter de alma sem fronteiras que esta posse concedia.

É nesse sentido, enquanto o Brasil servia não à nossa definição, mas à nossa indefinição que não conhece limites senão os da mesma humanidade, que é sublime haver ainda alguém em nós que chora esse Brasil (Lourenço, 2015, p. 91)

O luso-tropicalismo

A adoção do luso-tropicalismo como uma nova ideologia colonial correspondeu ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando os sistemas coloniais no mundo todo entraram em crise, movimentos nacionalistas na Ásia e na África emergiram e se fortaleceram e os paradigmas ideológicos que sustentavam as colónias, como a crença na superioridade da civilização ocidental, perderam legitimidade. Tal situação, em poucos anos proporcionou a descolonização quase total da Ásia e da África, no entanto, em Portugal este era um caminho difícil de seguir, dada a importância da ideologia colonial no nacionalismo português e, como pontua Brito e Rosas¹¹, pelo facto do Estado Novo, desde as suas origens, ter ligado sua existência a essa.

Portanto, a forma de contornar este contexto internacional desfavorável foi negar a existência de qualquer situação colonial, integrando, na revisão constitucional de 1951, os territórios ultra-

9. Machado, R. J. I. Op. Cit.

10. Lourenço, E. *Do Brasil. Fascínio e Miragem*. Lisboa: Gradiva Publicações, 2015.

11. Brito, B. M. J.; Rosas, F. Op. Cit.

marinos ao corpo da nação, a título de “províncias”. Ao mesmo tempo, a concepção imperial consagrada no *Acto Colonial*, revogado nessa época, foi abandonada e em seu lugar foi adotada como doutrina oficial do Estado Novo o luso-tropicalismo, teoria formulada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre.

Caracterizado como um complexo social, ecológico e de cultura, o luso-tropicalismo põe em relevo a especificidade da colonização portuguesa devida à predisposição dos portugueses para a “aventura ultramarina”, a miscigenação e a interpenetração de valores e costumes. Características cujas raízes remontam, segundo o autor, ao contacto com mouros e judeus.

Freyre defende que o método mouro de “conquista pacífica” de povos, de raças e de culturas foi assimilado pelo homem luso e posto ao serviço da expansão cristã nos trópicos. [...] O português, à semelhança do maometano, primou não só pela mistura racial, mas também pela adaptabilidade ecológica (ao clima e ao meio físico) e sócio-cultural (ao meio social e aos usos e culturas). (Castelo, 1996, P. 42)

O que indicaria, dessa forma, a diferença fundamental entre o colonialismo português e o dos países do Norte da Europa, por exemplo, pois não haveria a imposição do etnocentrismo, mas, o interesse somente de transmitir valores universais – o cristianismo –, simultaneamente à integração também de valores indígenas.

Numa fase em que o salazarismo procurava dissociar o sistema colonial português do destino que já se previa para os outros impérios europeus – a descolonização –, o luso-tropicalismo não poderia vir mais a propósito. (Brito; Rosas, 1996, p. 434)

No entanto, conforme Brito, Rosas¹² e Machado¹³ pontuam, a incorporação do luso-tropicalismo foi superficial, pois, a título de exemplo, o Estatuto do indígena, que restringia enormemente a assimilação das populações nas colónias, se manteve o mesmo após a revisão constitucional de 1951. Para adquirir o título de cidadão o indígena deveria, entre outros: ter mais de 18 anos, falar corretamente o português, exercer uma profissão, ter bom comportamento e ilustração. Essas imposições explicam como na Guiné, por exemplo, apenas 0,3% da população tinha o estatuto de cidadão em 1961.

Apesar de o luso-tropicalismo ter sido de forma calculista utilizado pelo Estado Novo, inclusive com a conivência de Freyre, paradoxalmente, no plano teórico não há o rechaço quanto à ideia de independência dos povos das colónias. Cláudia Orvalho Castelo¹⁴ cita um livro do sociólogo de 1963 – *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças* – justamente para demonstrar como no luso-tropicalismo, visto como comunidade em construção (“unidade de sentimento e cultura”), há espaço para diversas realidades nacionais.

Segundo Machado¹⁵, é possível identificar duas formas de ver os nativos das colónias durante o salazarismo, e ambas possuem raízes no século XIX. Uma, calcada no darwinismo social, en-

12. Brito, B. M. J.; Rosas, F. Op. Cit.

13. Machado, R. J. I. Op. Cit.

14. Castelo, O. C. (1998). “*O modo português de estar no mundo*” O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento.

15. Machado, R. J. I. Op. Cit.

xergava os indígenas como inferiores que, portanto, deveriam viver sob a tutela dos brancos. Tal leitura, como é claro, tinha horror à miscigenação.

Outra, prevalecente a partir de meados da década de 1940, abraçou o luso-tropicalismo como justificativa e enxergava na missão portuguesa uma missão civilizacional e, acima de tudo, cristã. Ambas as visões restringiam a concessão de cidadania aos indígenas e, ao contrário do que supõe as teses do luso-tropicalismo, não havia uma união dos povos e nem uma vontade de miscigenação, que continuava a ser bastante repudiada.

Apesar de só ter tomado forma como teoria na obra *O luso e o trópico*, de 1961, desde *Casa Grande e Senzala*, de 1933, já eram identificáveis os elementos fundamentais do luso-tropicalismo e tanto o primeiro, quanto o livro *Integração portuguesa nos trópicos*, de 1958, ambos encomendados a Freyre pelo governo português, foram utilizados como propaganda para legitimação da política colonial de Portugal.

No entanto, conforme explica Machado¹⁶, até o fim da Segunda Guerra Mundial, enquanto ainda prevaleciam as leituras notoriamente racistas do projeto colonial, a aceitação da obra de Freyre se deu, sobretudo no âmbito da cultura.

O lusotropicalismo foi um verdadeiro oásis intelectual-ideológico para os intelectuais portugueses, pois a um mesmo tempo justificou a presença colonial na África e subordinou simbolicamente o Brasil. (Machado, 2003, p. 242)

Até esse período, todavia, o governo português não abraçava as teses freyrianas, pois rechaçava a ideia de miscigenação, apresentando um posicionamento mais próximo ao darwinismo social. No entanto, com a *Declaração sobre os Territórios Autônomos*, presente na Constituição da ONU, de 1945, a tônica do discurso colonial teve que abranger a assimilação e as teorias de Freyre caíram como uma luva, com Portugal passando a defender a ideia de que compunha uma comunidade multirracial, composta de diversos territórios, mas unidos por uma mesma cultura.

O Estado Português da Índia e a invasão aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli

No contexto de descolonização que tomou conta do mundo após a Segunda Guerra Mundial, em Agosto de 1947 o Reino Unido se retirou da Índia e assim nasceu a União Indiana. No entanto, essa retirada, como era de se supor, nada dizia respeito aos territórios de Goa, Damão e Diu, pois estes pertenciam ao Estado Português da Índia.

Tal evidência, segundo Brito e Rosas¹⁷, foi encampada como um facto inquestionável pelas autoridades portuguesas da época, numa visão formalista e historicista que, de acordo com os autores, não levava devidamente em conta as enormes consequências internacionais do fim do império britânico na Índia.

Pois, independentemente do posicionamento das autoridades, em janeiro 1953 o governo da União Indiana, presidido por Nehru, enviou nota ao governo português expondo seu desejo em anexar Goa, Damão e Diu ao território da “Mãe Índia”, ao que foi ignorado por Salazar, que apenas pretendia adiar o problema.

16. Machado, R. J. I. Op. Cit.

17. Brito, B. M. J.; Rosas, F. Op. Cit.

Diante da falta de retorno, em maio desse ano, o ministro indiano em Lisboa informou que a Legação da Índia em Portugal fora criada para discutir o modo de transferência da soberania dos territórios indianos sob administração portuguesa. Após ser ignorado pela segunda vez, o governo encerrou a missão de Nova Deli em Lisboa em junho, o que determinou o fim das relações diplomáticas entre os dois Estados e deu início à crise que culminaria com a invasão aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli.

Primeiramente, o governo indiano proibiu o trânsito do governador de Damão para os enclaves, situados em seu litoral, a não ser que estivesse munido de passaporte do país. Em janeiro de 1954 impôs o fim de todas as exportações para Goa, Damão e Diu.

Como resposta, e condizente a sua visão formalista e historicista da questão, num discurso em abril desse ano, Salazar tentou internacionalizar a crise invocando a Declaração Luso-Britânica de 1899. No entanto, Londres se considerou desobrigada na matéria, principalmente após ter concedido a independência à União Indiana e esta fazer parte da Commonwealth¹⁸.

Por fim, em 22 de Julho de 1954, forças pró-indianas ocuparam os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli.

Segundo Lourenço¹⁹, o Estado Novo não foi o único governo a explorar a mitologia histórico-sentimental dos portugueses, relativa à vocação do país para descobrir e dominar territórios, no entanto, nenhum o fez de forma tão consciente e com cínica precisão. E um exemplo supremo desta atuação, foi justamente o caso de Goa²⁰, segundo o autor, artificiosa e maquiavelicamente exagerado.

Com uma observação similar a de Brito e Rosas²¹, Lourenço²² afirma que os acontecimentos de Goa forneceram aos legalistas do regime pretexto para habilidades formais, no sentido de transformar um assunto do âmbito das relações entre dois países em uma questão internacional, conforme a invocação da Declaração Luso-Britânica denota. Habilidades coroadas, por sua vez, por um resultado real e juridicamente nulo, obtido após Portugal recorrer ao Tribunal Internacional de Justiça em dezembro de 1955.

No entanto, tal resultado foi apresentado como uma vitória à opinião pública portuguesa, pois, no início das alegações, os advogados portugueses apenas indicaram que pretendiam que a soberania da União Indiana não se exercesse a ponto de impedir o trajeto entre Damão e os enclaves. O Tribunal proferiu sentença em abril de 1960 reconhecendo o direito de passagem, todavia, como explicam Brito e Rosas²³, nenhum exercício efetivo de soberania foi contemplado em seu texto, o que explica afinal, seu caráter juridicamente nulo.

Essas habilidades formais em alçar a questão de Goa ao âmbito internacional não se limitaram ao campo jurídico, com a diplomacia portuguesa buscando explorar ao máximo também, o crédito histórico e sentimental do país junto das nações amigas, mais especificamente do Brasil.

18. Brito, B. M. J.; Rosas, F. Op. Cit., p. 458.

19. Lourenço, E. Op. Cit.

20. Todos os desdobramentos relacionados à integração do Estado Português da Índia à União Indiana, no qual se incluem a ocupação dos enclaves, ficaram conhecidos como a “questão de Goa”.

21. Brito, B. M. J.; Rosas, F. Op. Cit.

22. Lourenço, E. Op. Cit.

23. Brito, B. M. J.; Rosas, F. Op. Cit.

Não é aqui o momento de julgar, nem da natureza dos colossais esforços empregados pela chamada representação diplomática portuguesa para despertar “as afinidades” pouco espontâneas, de causa comum, nem das causas materiais que provocam em certos representantes do Itamarati tão oportunos acessos de solidariedade. [...] Através de uns e outros o Brasil tomou posição no caso de Goa. (Lourenço, 2015, p. 116)²⁴

O perfil dos jornais analisados e o regime de censura do Estado Novo

Para a análise da cobertura sobre a repercussão no Brasil da invasão aos enclaves, o artigo debruça-se sobre as edições diárias, no período entre 25 de julho a 31 de agosto de 1954, dos periódicos *Diário da Manhã*, veículo oficioso do regime, *Novidades*, publicação do episcopado português, e *Diário de Lisboa*, de perfil oposicionista. A escolha por esses três jornais explica-se pelo nosso interesse em mapear a cobertura sob diferentes matizes, apesar de, naquele período, o país viver sob um regime de censura.

Portanto, as diferenças de abordagem entre eles, conforme notamos durante a análise, estão mais assente no caráter ufanista presente nas notícias sobre Portugal e a política do regime. O *Diário da Manhã*, por exemplo, assumiu esse perfil de veículo oficioso do regime progressivamente, no entanto, desde a sua fundação por Domingos Graça Pulido, íntimo de Salazar, em abril de 1931, o jornal já se apresentava como o órgão de doutrinação da União Nacional que acabara de ser criada²⁵.

No entanto, em razão da confusão política própria do início do Estado Novo, o *Diário da Manhã* se autocalifica, em seu primeiro editorial, como um “jornal republicano”. Com a consolidação do regime, todavia, o periódico assumiu uma posição progressivamente mais sectária e de culto à figura de Salazar, o que “(...) certamente terá contribuído para que a sua expansão se deva quase exclusivamente à distribuição gratuita ou por assinatura dos diferentes serviços do Estado.” (In: arquivos da Casa Comum).

Já o aparecimento do *Novidades*, conforme explica Maria José Remédios²⁶, condiz com a necessidade do episcopado português em combater as ideologias difusoras de processos de secularização social, concomitantemente a um intenso movimento periodista existente no país entre o final do século XIX e início do século XX. Surgido em 1885, o jornal enfrentou muitas dificuldades e esteve prestes a fechar, abdicando de sua periodicidade diária em 1913.

24. De facto, como indica Maria Manuela Suassuna Quintas Lopes em sua dissertação de mestrado *O lusotropismo nas relações diplomáticas Brasil x Portugal* (2003), as relações luso-brasileiras só foram bem sucedidas, com o Brasil, por exemplo, apoiando a posição portuguesa na ONU de que o país não tinha colónias e sim províncias, enquanto foram vantajosas economicamente para ambos. Quando, a partir de 1958, o café brasileiro começa a enfrentar a concorrência do café angolano, o apoio brasileiro passa a ser posto em xeque internamente e, a partir de 1961, o país declara apoio à emancipação de territórios não autônomos.

25. Informação disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_8765. Acedido em: 24 Fev. 2016.

26. Remédios, J. M. O jornal católico *Novidades* – sentido(s) do educar. *Revista Brasileira de História da Educação*. (Jul./Dez, 2003). pp. 9-28.

No entanto, renasceu com força, e de volta à circulação diária, em 1923, ao se tornar o órgão oficioso do Episcopado Português. Seu ressurgimento insere-se num conjunto de iniciativas de católicos conservadores influentes, cujo objetivo era aniquilar o pensamento demo-liberal.

Segundo Remédios²⁷, esses conservadores, ao se posicionarem como antiliberais, antidemocráticos e antimarxistas, entre outros, constituirão o polígono de forças que derrubará o regime republicano e construirá a sua alternativa política, o Estado Novo. Por esta explicação, portanto, fica claro como o *Novidades* posicionava-se como apoiador do regime.

O *Diário de Lisboa*, por seu turno, diferentemente dos outros dois, desde a sua fundação em abril de 1921, distinguiu-se pela independência de suas opiniões – relativa enquanto o regime de censura esteve em vigor – e pela defesa de uma certa modernidade, atuando como um divulgador dos novos da arte e das suas polémicas²⁸. Portanto, oposto ao regime de imobilismo, de cariz cristão e renitente a tudo que representasse a modernidade novocentista, criado por Salazar a partir da Constituição de 1933²⁹.

Fundado pelo banqueiro António Vieira Pinto, que decidira iniciar um jornal republicano independente, no artigo de fundo de seu primeiro número este afirma, segundo Mário Matos e Lemos³⁰, que “seria um jornal moderado”, mas que a alguns pareceria por vezes revolucionário, pela necessidade de se expor de forma dura. Suspenso por alguns dias já em 1925, durante o Estado Novo sua ampla abordagem da arte moderna nacional pode ser analisada num contexto em que, dada a impossibilidade de expor argumentos exclusivamente políticos, a área da cultura foi a que a resistência ao regime mais investiu seus esforços.

Segundo Brito e Rosas³¹, a censura prévia à imprensa representou o instrumento de controle governamental à circulação do discurso político e foi imposta logo após o golpe de 1926, perdurando até o final do Estado Novo, o que a torna a instituição mais duradoura da II República. A princípio dependia do Ministério do Interior, passando, a partir de 1944, para a responsabilidade do Secretariado de Propaganda Nacional.

Resultado direto da remodelação estabelecida no regime de censura em razão das circunstâncias impostas pela Segunda Guerra, o que fez com que o próprio Salazar passasse a despachar diretamente com os seus diretores, o Secretariado foi renomeado, no mesmo ano de 1944, para Secretariado Nacional da Informação e Cultura Popular. A partir de então, ser-lhe-ia delegado a tarefa de coordenar e fiscalizar todas as “atividades referentes à informação”.

Nesse contexto, o termo “propaganda” iria adquirir o sinônimo de “política de informação”, com o Estado estruturando em torno de si uma rede abrangente de intermediação às fontes e a própria elaboração da notícia escrita e falada. Segundo Rosas³², a substituição de *propaganda* no léxico institucional para *informação* teve por objetivo aperfeiçoar o aparelho de repressão, com os instrumentos de proibir e dissimular, separar e unir, organizando o que se designa por cultura

27. *Ibidem*.

28. Informação disponível em: www.modernismo.pt/index.php/diario-de-lisboa#. Acedido em: 24 Fev. 2016.

29. Remédios, J. M. Op. Cit., p. 14.

30. Lemos, M. M. *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora e CEIS20, 2006.

31. Brito, B. M. J.; Rosas, F. Op. Cit.

32. Rosas, F. Op. Cit.

dominante. Com o passar do tempo, o Secretariado também passou a gerir todos os meios de comunicação de massa.

Podemos identificar exemplos dessa atuação direta sobre a notícia escrita e falada, no desenvolvimento das agências de notícias portuguesas. Surgidas na mesma época em que o Secretariado foi remodelado – a Lusitânia apareceu em 1944 e a Agência de Notícias e Informação (ANI) em 1947 –, apesar de serem de iniciativa privada, as duas contaram com o essencial apoio do governo, na figura de Marcello Caetano.

Especificamente no caso da Lusitânia, conforme explica Sónia Silva³³, era o objetivo do seu fundador, Luís Lupi, promover a troca de informações entre Portugal e as colónias, num registo de clara exaltação ao Estado Novo. Com dificuldades em se manter por meios próprios, já em 1945 a agência assinou um contrato com o Secretariado, em que este passou a lhe transferir 390 contos mensais.

Na cobertura dos jornais às manifestações da comunidade portuguesa no Brasil, as informações eram provenientes da Lusitânia e da ANI. Apresentando um caráter ufanista acentuado, as notícias pontuam o sentimento nacionalista dos imigrantes e suas demonstrações de agradecimento pelo apoio brasileiro.

Centenas de portugueses residentes nesta cidade, pertencentes às mais diversas classes sociais, depois de percorrerem várias ruas da cidade, empunhando faixas e entoando canções patrióticas, aglomeraram-se em frente ao Palácio do Catete, onde manifestaram ao Presidente Getúlio Vargas a sua gratidão [...] (ANI e L.)

A cobertura dos jornais

Durante o período de análise abrangido, tiveram destaque nos três jornais o apoio brasileiro à posição portuguesa. Também teve cobertura extensa de todos a posição da comunidade portuguesa no Brasil, como na edição de um de agosto do *Diário de Lisboa* (p.8) que, em continuação à matéria de capa intitulada “Os acontecimentos na Índia e sua repercussão internacional”, inseriu a seguinte linha fina: “Sucedem-se as manifestações da colónia portuguesa no Brasil”.

Nos dias que se seguiram, o jornal continuou a dar destaque às manifestações de apoio, a exemplo de nota publicada na edição de cinco de agosto, intitulada “Os portugueses do Rio agradecem a Getúlio Vargas a solidariedade do Brasil” (p. 8) e de outra, no mesmo dia (p. 14), com o título: “Manifestação à embaixada de Portugal no Rio de Janeiro”. Já na edição do dia seguinte, o *Diário de Lisboa* mostrou o posicionamento da imprensa brasileira, com matéria intitulada “A imprensa brasileira continua a manifestar sua solidariedade a Portugal” (p. 8).

Se é possível notar diferenças na cobertura do caso indiano pelo *Diário da Manhã* e o *Novidades* de um lado, e o *Diário de Lisboa* de outro, esta é sutil e nunca se mostra contrária à posição oficial de Portugal. A diferença está assente mais no caráter ufanista adotado pelos dois primeiros jornais, principalmente o *Diário da Manhã*, cuja menção à cultura portuguesa, fazendo referência

33. Silva, P. M. S. *Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas*. In: www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html. 2002. Acedido em: 24 Mar. 2016.

à língua e ao cristianismo e ao caráter civilizatório dos portugueses, está presente na cobertura da invasão aos territórios.

A título de exemplo, as notas publicadas em cinco de agosto no *Diário de Lisboa* sobre as manifestações da colônia portuguesa também foram expostas nas páginas do *Diário da Manhã*, inclusive com o mesmo texto – como já referimos, as notas foram produzidas pelas agências de notícias – porém, com o pomposo título de “Manifestações nas ruas e calorosas afirmações da Imprensa brasileira constituem um movimento expressivo de solidariedade lusíada”, em matéria de capa.

Na edição de 19 de agosto, também em matéria de capa, o respetivo periódico publicou uma reportagem escrita por um enviado especial ao Rio de Janeiro. O texto começa da seguinte maneira:

Nunca, como hoje, foi tão real, tão profunda, tão estreita e leal a amizade luso-brasileira. É nas horas difíceis, costuma dizer-se, que se conhecem os amigos.

Durante toda a cobertura do caso indiano, tanto o *Diário da Manhã* quanto o *Novidades* fizeram questão de acentuar os séculos de presença portuguesa na Índia e a importância da manutenção de sua cultura levada para lá. Na mesma reportagem publicada em 19 de agosto, é possível ler o seguinte trecho: “(...) Portugal, com os seus navegadores, os seus missionários, levou ao Oriente um luzeiro da Fé Cristã”.

Já o *Novidades*, em matéria de seis de agosto (p. 3), destacou a seguinte fala do Professor Hernani Cidade, em entrevista ao jornal brasileiro *O Globo*:

A colonização portuguesa na Ásia, como na África, não tem as características imperialistas. Estamos ligados às nossas possessões não pela força bélica, mas pela força de espírito. Comungam, todos, os mesmos ideais, vivem todos sob uma mesma bandeira (p. 4)

A partir daqui, vamos analisar detidamente a cobertura de cada um dos jornais.

— **Diário da Manhã**

Já na edição de 29 de julho, na página três, o jornal dá grande destaque a artigo escrito por Danton Jobim no jornal *Diário Carioca*, onde era diretor-presidente, destacando no título, a seguinte fala do jornalista: “O Itamarati pode e deve demonstrar ao Governo de Nova Delhi que Portugal não está só no seu protesto”, com os trechos “pode e deve”, “de Nova Delhi” e “no seu protesto” grifados.

Na mesma matéria é abordado, com o subtítulo “Interessante artigo do ‘Correio da Manhã’, do Rio de Janeiro”, o editorial publicado por este jornal em 25 de julho e intitulado “Lusíndia”, o qual é apresentado pelo *Diário da Manhã* da seguinte forma:

Transcreveremos desse editorial alguns passos para conhecimento em Portugal da maneira como a Imprensa do Brasil reflecte, neste momento, indiferentemente a opiniões políticas de cada um dos jornais, a opinião do povo brasileiro que se mostra indignado com a miserável traição de pretensos libertadores [...]

Na edição de sete de agosto, os desdobramentos da crise no Brasil já aparecem em destaque na capa do jornal, onde também é destacado o “Comovido discurso do embaixador de Portugal”, em matéria que prossegue na página três.

Nesta página, sob o chapéu “Solidariedade Brasileira”, há continuação das matérias de capa e outras notas cobrindo o amplo espectro de manifestações de solidariedade brasileira, em que é abordado desde a posição do clube de futebol Vasco da Gama até a de um cidadão comum, em carta a jornal brasileiro. Destacamos dessa página, a nota intitulada “As manifestações dos portugueses vistas pela imprensa brasileira”, em que o texto diz o seguinte:

Este clamor público não passou despercebido – nem podia passar – à própria representação diplomática da União Indiana que já reconheceu existir entre Portugal e Brasil uma identidade de sentimentos tão especial que no Brasil falar sobre o caso de Goa, Damão e Diu é correr risco de ferir a sensibilidade dos brasileiros [...]

Na edição de 19 de agosto, também em matéria de capa (com continuação na página 2), com o título “Repercussão no Brasil dos acontecimentos da Índia Portuguesa”, e a linha fina “Um inquérito do ‘Diário da Manhã’ pelo seu enviado especial Marques Gastão”, o jornal aborda a opinião de escritores e intelectuais brasileiros, como Álvaro Lins e Cecília Meireles, sobre o caso. O que chama a atenção, no início do texto, é o empenho do jornalista em acentuar a amizade entre Brasil e Portugal:

[...] o jornalista sentiu, mais do que pela primeira vez em que aqui esteve, quanto este povo é nosso amigo e soube acompanhar-nos e nos acompanha na hora amarga que atravessamos em Goa, Damão e Dio.

Na edição de 26 de agosto, assim como no dia anterior, o Brasil teve bastante destaque nas páginas do *Diário da Manhã*, porém num contexto não relacionado à questão de Goa, mas relativo ao suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de Agosto. Nesse dia, o jornal expõe na capa, na parte superior central, a imagem de um telegrama assinado por Vargas e entregue ao jornalista Marques Gastão quando este esteve no Rio, porém, não conseguiu entrevista-lo, facto explicado em matéria intitulada: “A última mensagem a Portugal do Presidente Getúlio Vargas”.

No telegrama é possível ler o seguinte trecho:

A velha amizade que nos liga à Mãe Pátria é uma preciosa herança que nos cabe honrar e preservar, para que se torne cada vez mais sólida, mais viva e mais inspiradora essa admirável aliança de dois povos irmãos.

A última referência ao Brasil no *Diário da Manhã* no mês de agosto aparece na edição seguinte, na capa, porém relativa aos desdobramentos do suicídio de Vargas. Apenas na página dois aparece uma nota com alguma relação à questão de Goa, com o título “A morte de Getúlio Vargas causou consternação na Índia Portuguesa”. O enviado especial começa o texto assim:

A morte do Presidente Getúlio Vargas causou aqui profunda consternação. Além da normal simpatia que o povo português nutre pelo Brasil, a recente e decidida atitude e apoio que a Nação irmã deu a Portugal no momento actual ainda mais fizeram vincar esse pesar.

— **Novidades**

A primeira referência ao Brasil sobre a crise na Índia aparece em pequena nota na capa do *Novidades*, na edição de 25 de julho, e diz respeito ao artigo escrito por Danton Jobim já antes mencionado. Deste, o jornal transcreve o seguinte trecho:

A União Indiana representa o Estado moderno. Portugal é a história dos povos, das terras, dos mares, é a cultura ocidental e latina transplantada e frutificando nas margens do Oceano Índico.

Dois dias depois, a repercussão na imprensa brasileira já aparece com mais destaque, com a notícia “A presença de Portugal na Índia traduz a integração tranquila e fecunda das qualidades lusitanas no mundo asiático, diz um jornal brasileiro” ocupando significativo espaço na página seis. O título faz referência ao editorial do *Correio da Manhã*, mas também cita novamente, dessa vez de maneira mais estendida, o artigo de Danton Jobim.

Curiosamente, o *Novidades* também cita o posicionamento do jornal comunista *Imprensa Popular*, como o único veículo brasileiro que se manifestava “(...) contra a secular presença de Portugal na Índia”.

Na edição de seis de agosto, na página seis, o jornal, assim como o *Diário da Manhã* e o *Diário de Lisboa*, deu destaque às manifestações da comunidade portuguesa no Brasil. A matéria “Os portugueses do Brasil entregaram ao Presidente Vargas uma mensagem de agradecimento pela unanime e fraternal solidariedade do povo brasileiro”, faz eco, no título, ao próprio conteúdo da mensagem.

No entanto, o jornal nesta edição, nas páginas três e quatro, cobriu de forma mais extensa as manifestações da imprensa brasileira até aquele momento, citando reportagens dos periódicos *A Noite*, *O Globo* e *a Tribuna da Imprensa*. Do segundo, o jornal descreve reportagem sua sobre os discursos feitos no Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, destacando, em negrito, os oradores mais prestigiosos, como Lutero Vargas, filho do então presidente, o general Lima Figueiredo e o ex-chefe Integralista Plínio Salgado.

Muito aclamado falou o filho do Presidente da República, deputado Lutero Vargas, que declarou: “A minha presença tem o significado de aplauso e apoio de brasileiro, porque não compreendo que se possa ser brasileiro sem ser amigo de Portugal”.

A página três da edição de 10 de agosto é toda dedicada ao caso, com a nota “O Brasil comunicou à Venezuela que está ao lado de Portugal” inserida sob o chapéu “Repercussão no estrangeiro”. O texto, de um parágrafo, contém o seguinte trecho:

Nas suas declarações, o representante diplomático brasileiro teve palavras de grande elogio para a acção civilizadora de Portugal em todas as regiões a que levou a Fé de Cristo e a cultura ocidental, acção de que o Brasil, como país de língua portuguesa, muito se orgulhava.

Na capa da edição de 17 de agosto, sob o chapéu “Portugal-Brasil” e em continuação na página dois, uma notícia que não tem diretamente a ver com a crise na Índia (“O ministro dos negócios estrangeiros de Portugal manifesta sua mágoa por não poder visitar agora o país irmão”), acabou

por reverberar o caso ao destacar a seguinte fala de Paulo Cunha, então Ministro dos Negócios Estrangeiros: “(...) fica-me o reconforto de sentir as manifestações de viva solidariedade para com a causa portuguesa – ou seja, afinal, a causa da comunidade luso-brasileira (...)”.

Como nota-se, para o ministro português a ocupação dos enclaves era um problema não apenas de Portugal, mas também do Brasil, pois a causa de um era a causa do outro. O que, claramente, não estava implícito na fala do ministro brasileiro, também transcrita, em que este reiterava apenas:

[...] O Governo brasileiro fez ver ao Governo indiano e aos demais países amigos que não poderia concordar com a atitude do Governo da Índia que, em contradição aos princípios da Carta das Nações Unidas e com os tradicionais princípios pacifistas defendidos pelo Governo indiano, deixa de reprimir tentativas de anexação pela força [...]

Durante o mês de agosto, houve outras referências ao Brasil nas páginas do *Novidades*, porém, relativas à crise do governo Vargas e o seu posterior suicídio.

— **Diário de Lisboa**

A primeira referência à invasão aos enclaves ocorreu já na edição de 26 de julho (p. 3), porém de forma indireta, em notícia relatando a visita do subsecretário de Informação português, José Manuel da Costa, à cidade de Natal, com o título: “A recepção na cidade do Natal ao subsecretário da Informação serviu para realçar a amizade luso-brasileira”.

No texto da notícia, que ocupa meia coluna da página, é possível ler o seguinte, já no primeiro parágrafo:

[...] sr. dr. José Manuel da Costa, na sessão solene realizada em sua honra, salientou, no discurso que pronunciou, a gravidade dos acontecimentos que na Índia preocupam Portugal, manifestando a confiança sem que brasileiros e portugueses se manterão unidos em todas as contingências.

Na edição de 28 de julho, na página seis, numa pequena nota intitulada “Um jornal do Rio manifesta a sua repulsa pelo atentado”, o *Diário de Lisboa* expõe a fala de Carlos Lacerda (importante jornalista e político brasileiro do período) à *Tribuna da Imprensa*, transcrevendo o seguinte trecho: “Chegou o momento de consolidar a amizade do Brasil com Portugal. Devemos fazer sentir a nossa surpresa e indignação à embaixada da Índia no Rio de Janeiro”.

No dia primeiro de agosto, em continuação à matéria de capa, “Os acontecimentos na Índia e a sua repercussão internacional”, na página oito, há uma pequena nota, em dois parágrafos, relatando as manifestações da colônia portuguesa no Brasil, porém, com menos ênfase que o *Diário da Manhã*. Na edição de cinco de agosto, na página oito, há uma pequena nota, “Os portugueses do Rio agradecem a Getúlio Vargas a solidariedade do Brasil”, em que aparece transcrito trecho do telegrama entregue na ocasião ao presidente brasileiro:

Os Portugueses, que o Brasil generoso acolhe, nesta hora angustiosa que a sua Pátria de nascimento atravessa, agradecem, na pessoa de V. Ex.^a, a fraternal e unanime solidariedade que espontaneamente lhe oferecem seus irmãos brasileiros [...]

Na página 14 desta mesma edição, volta se falar do tema na nota “Manifestação à embaixada de Portugal no Rio de Janeiro” e em outras, com textos idênticos aos encontrados no *Diário da Manhã*.

Na edição de oito de agosto, toda a página quatro, com o chapéu “Ameaças à soberania portuguesa na Índia”, foi dedicada ao assunto, com uma notícia informando a entrega de uma nota do governo brasileiro a Washington, reafirmando sua posição de apoio a Portugal. Já na edição do dia 11, na página nove, uma nota destaca um comunicado da embaixada do Brasil na Alemanha Federal, se posicionando contra a invasão aos enclaves, e outra expõe a visita do embaixador de Portugal ao ministro das Relações Exteriores em agradecimento ao apoio brasileiro.

O que notamos pela cobertura do *Diário de Lisboa*, é que em vez de mostrar o apoio brasileiro em todos os âmbitos – posição do governo, de intelectuais, da imprensa, da comunidade portuguesa no país... –, o jornal se interessou mais em cobri-lo no contexto das relações internacionais, institucionais, entre o Brasil e os demais países, conforme as notas da edição do dia 11 denotam.

Novas informações sobre a posição brasileira só aparecem novamente na edição de 19 de agosto, na página três, com notícia intitulada “Solenes afirmações do embaixador do Brasil em Cuba em apoio da posição de Portugal na Índia”, em que o jornal noticia e transcreve trechos de declaração dada pelo embaixador Manuel César de Góes Monteiro, em entrevista ao jornal *Diario de la Marina*. Numas das falas selecionadas, lê-se o seguinte:

A emancipação política do Brasil, verificada em 1822, foi o imperativo de um movimento nacional irresistível. Tal emancipação, contudo, não significou a repulsa, pelos Brasileiros, dos legados da cultura lusitana.

A última notícia, no mês de agosto, sobre o Brasil em relação à crise na Índia, aparece, com destaque na capa, na edição do dia 22 com o título: “Os direitos de Portugal defendidos com grande elevação num jornal de São Paulo”. Nos trechos transcritos do editorial de *O Estado de S. Paulo*, verifica-se um reforço da ideia de que Portugal não possuía colônias, mas apenas extensões de seu território:

Basta olhar para o mapa e logo compreenderemos que Goa, as três porções de Damão, Nagar-Aveli e o mais que Portugal conserva nas Índias não podem, de forma alguma, merecer o título de colônias na verdadeira acepção da palavra.

Considerações finais

Caracterizada como um ensaio de conceptualização, a obra *Los imaginarios sociales. Memorias y Esperanzas Colectivas*, de Baczko³⁴, opta, em sua busca por uma definição do termo *imaginário social*, por primeiramente analisar as duas palavras separadamente. Nesse intento, é notória a dificuldade em razão da polissemia que uma palavra tão antiga como imaginação carrega, e cuja história identifica apenas definições descritivas e normativas sobre o que deveria designar.

O autor vê isso como um facto incontornável, afinal, a imaginação diz respeito a um elemento fundamental da consciência humana, o que, conclui, torna sua definição impossível de se obter.

34. Baczko, B. *Los imaginarios sociales. Memorias y Esperanzas Colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

Todavia, ao agregar ao termo o adjetivo *social*, Baczko alcança uma acepção mais restrita da atividade imaginativa, o que o permite delimitar a expressão *imaginário social*.

Nesse sentido, define-se *imaginário social* como sendo a produção de representações globais sobre a sociedade e sobre todos aqueles que a esta se relaciona, a exemplo de: “ordem social”, atores sociais e suas relações recíprocas (de hierarquia, dominação, conflito...), instituições sociais e etc. Para além dessa primeira acepção, Baczko pontua que o termo também indica a inserção da atividade imaginativa individual em um fenômeno coletivo.

Em efeito, as modalidades de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, como as de sentir, pensar e crer, variam de uma sociedade para outra, de uma época para outra e por conseguinte, têm uma história. (p. 27, tradução nossa)

E voltando-se para o aparecimento dos primeiros projetos utópicos, o autor indica que ao longo da história as sociedades sempre se dedicaram à invenção permanente de suas próprias representações globais, no sentido de se darem uma identidade, perceberem suas divisões, legitimarem seu poder e elaborarem modelos fundadores para o cidadão, a exemplo do “valente guerreiro”, “o bom cidadão”, “o militante comprometido” e etc.

Se nos projetos utópicos, identificáveis pelo menos desde o livro paradigmático de Thomas More, havia um esforço em imaginar comunidades de felicidade total, o final do séc. XVIII, época de transição, marca um período de mutação em que as ideias-imagens utópicas passam cada vez menos a se caracterizarem como aspectos ficcionais e se convertem em futuro onde a esperança os projeta.

As ideias-imagem utópicas atuam, cada vez mais, como relevo a outras formas de imaginário coletivo, a exemplo dos mitos políticos modernos, como o Estado-Nação, o Progresso, a Revolução. (p. 7, tradução nossa)

Tanto as utopias – e, podemos dizer, as ideologias – quanto as memórias coletivas representam imaginários sociais, pois buscam organizar e dominar o tempo coletivo sobre o plano simbólico. Se no caso das primeiras isso é mais evidente, por conjurarem um futuro a se alcançar e estruturarem os sonhos e esperanças coletivas de uma sociedade distinta, não o é menos, atesta Baczko, no caso das segundas. Pois, as memórias coletivas, mais do que dizerem respeito aos acontecimentos que estas recordam, indicam sobretudo as representações desses mesmos eventos.

Portanto, tanto memória quanto esperanças coletivas se alimentam e se complementam mutuamente, formando o todo que corresponde ao imaginário ou imaginários sociais de uma sociedade. Estes buscam representá-la e são elaborados a partir de um caudal simbólico composto por símbolos, emblemas, representações e etc.

Considerando-se todas essas reflexões, julgamos identificar na ideologia colonial do Estado Novo – primeiramente caracterizada como uma ideologia de cariz imperial e calcada em ideais de darwinismo social, e posteriormente transmutada em luso-tropicalismo –, cujas raízes remontam ao mito da vocação portuguesa para descobrir e colonizar territórios, uma atividade constante de renovação do imaginário social. Sob diferentes formas, essa ideologia busca sempre reforçar a identidade do povo português como a “de alma sem fronteiras”, aqui numa alusão a uma expressão já citada de Eduardo Lourenço.

Se o Estado Novo emerge, no âmbito da política colonial portuguesa, como resposta às incertezas que pairavam no ultramar, o caminho escolhido para abatê-las envolveu tanto aspetos de política administrativa colonial e política militar, quanto estratégias de propaganda, como indicam, entre outros, a outorga do artigo 2º do *Acto Colonial* e os textos de Armindo Monteiro. Pois, como indica Baczko, a dominação do campo das representações, assim como dos conflitos cuja origem são essas, requerem a elaboração de estratégias adaptadas à sua natureza e, dentre essas, a propaganda surge como o exemplo máximo.

Na mobilização interna das energias nacionais para a manutenção das colónias, fomentada por sua vez através da propaganda, o Estado Novo nada mais fez que retomar e fortalecer um mito já antigo entre os portugueses, no entanto, por sua natureza estar tão ligada ao projeto colonial, essa mobilização disse respeito não apenas a um aspeto pragmático, mas à própria legitimidade deste governo. Pois, no núcleo duro do imaginário social também se situa a problemática do poder legítimo, algo que se tornou evidente com o advento do Estado moderno e diz respeito, especificamente, às representações fundadoras da legitimidade.

Toda sociedade deve inventar e imaginar a legitimidade que outorga ao poder. Dito de outro modo, todo poder deve necessariamente enfrentar seu despotismo e controlá-lo reclamando uma legitimidade. Pois, nenhuma cultura, assim como nenhum poder, pode ser deduzido de um princípio universal, físico, biológico ou espiritual, sem estar unido por uma espécie de relação interna com “a natureza das coisas” ou a “natureza humana” [...] Ao contrário, todo poder deve impor-se não apenas como poderio, como também como legítimo. (Baczko, p. 28, tradução nossa)

Da mesma forma, quando o contexto internacional mostrou-se desfavorável à manutenção de colónias, o Estado Novo teve que reinventar o imaginário social acerca de suas possessões, de forma a manter a legitimidade sobre as mesmas. Nesse sentido que o luso-tropicalismo foi alçado à ideologia oficial do Estado Novo, ao mesmo tempo mantendo e reforçando o mito da vocação de Portugal para o achamento e domínio de terras, mas também propondo um novo olhar à relação dos portugueses com os indígenas e à miscigenação.

Mesmo que esse novo olhar tenha feito mais parte dos discursos e imagens sobre a colonização, que da realidade em si, foi amplamente utilizado pela propaganda do regime para justificar a posse das colónias e, no caso específico da invasão aos enclaves, como a cobertura dos jornais demonstrou, para defender a posição do governo português.

Ainda sobre a legitimidade do poder, Baczko afirma que esta é uma mercadoria particularmente escassa e avidamente discutida, por ser objeto de conflitos e lutas, como a questão de Goa bem ilustra. Ao poder estabelecido cabe proteger sua legitimidade contra os que a atacam, elaborando estratégias adaptadas para a especificidade desse tipo de conflito, e que envolvem principalmente ações de propaganda e censura.

Uma prova disso é que, para salvaguardar essa categoria de bens escassos, ao longo da história os poderes têm inventado dispositivos tão variados e reais de proteção e até de repressão, para conservar seu capital simbólico e assegurar um lugar privilegiado no âmbito dos imaginários sociais. (p. 29, tradução nossa)

Voltando-se para o Estado Novo, já dissemos que a censura prévia foi a instituição mais duradoura do regime, no entanto, foi ao longo do tempo que este aparelho de repressão aperfeiçoou-se. Se a princípio, a censura destinava-se apenas à proibição prévia de determinados conteúdos, a partir de meados de 1940, a política de informação (que, como vimos, se torna sinónimo de “propaganda”) passa a organizar toda a cultura dominante por meio de instrumentos não só de proibição, mas também de dissimulação, união e separação.

Esta transição ocorre justamente durante a parte final da Segunda Guerra, quando, em 1944, o Secretariado Nacional de Propaganda Nacional é renomeado para Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular e Salazar passa a despachar com os seus diretores. Não podemos determinar ao certo, mas essa mudança condiz com o momento em que a descolonização ganha força no mundo, portanto, podemos supor se essa mudança, aliada à posterior adoção do luso-tropicalismo, não correspondeu a uma ação estratégica do Estado Novo para manter a legitimidade de seu poder.

Relativamente à invasão aos enclaves, considerando-se que o Estado, pós-1944, passa a estruturar em torno de si uma rede de intermediação às fontes e a própria elaboração da notícia, podemos relacionar a cobertura extensa dos jornais sobre o posicionamento brasileiro a uma postura estratégica da máquina de propaganda estadonovista, ainda mais se considerarmos que boa parte dos textos provinham das agências de notícias, amplamente apoiadas pelo governo.

No entanto, resta compreender a razão do interesse em se dar tamanho destaque ao posicionamento brasileiro durante a invasão aos enclaves. Sabe-se, como indica Lopes³⁵, que no âmbito diplomático Portugal buscou e obteve apoio do Brasil na sua posição relativamente à questão de Goa, porém, como nota-se na cobertura dos jornais, o destaque não se deveu apenas a aspetos institucionais e governamentais desse posicionamento e também abrangeu a opinião de intelectuais brasileiros, da imprensa do Brasil, da comunidade de portugueses que habitavam o país e etc.

Tal questão compreende-se no âmbito do luso-tropicalismo, pois nessa teoria, o Brasil surge como o exemplo máximo da bem-sucedida capacidade dos portugueses para colonizar territórios, envolvendo-se com a população local e abrangendo seus usos e costumes. No contexto da invasão aos enclaves, em que o governo buscava solidariedade internacional em uma luta que, de antemão, já se apresentava desfavorável, o Estado Novo reforçou o imaginário de união dos trópicos e Portugal e não havia melhor forma de frisar esse imaginário, negando, simultaneamente, a ideia de colonialismo, que obter e reverberar ao máximo o apoio do Brasil, ex-colónia e jóia da expansão ultramarina portuguesa.

35. Lopes, Q. S. M. M. *O lusotropicalismo nas relações diplomáticas Brasil x Portugal*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2003.